



BOLETIM MUNICIPAL SEVER DO VOUGA

1991

OUTUBRO

Nº 10

CÂMARA MUNICIPAL

Informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal de 28/09/1991

MUNICÍPIO DE SEVER DO VOUGA CÂMARA MUNICIPAL

SECRETARIA

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos Srs Deputados Municipais

Dando cumprimento ao que dispõe a alínea d) do nº 1 do artigo 39 Decreto — Lei nº 100/84, de 29 de Março, na redacção dada pela Lei nº 18/91, de 13 de Junho, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vª Exªs o que tenho por mais relevante em relação à actividade Municipal no corrente ano e até ao presente momento.

SITUAÇÃO FINANCEIRA: — A Câmara continua empenhada na liquidação da dívida, tendo a situação melhorado com a contenção de despesas e restrições que impuseram alguma austeridade em épocas pontuais deste mandato, o que, pensamos, vai tornar possível equilibrar a situação financeira da autarquia a curto prazo, saldando, assim, todos os compromissos assumidos por esta e pela anterior gerência. Concluídas as obras, que julgamos de maior vulto, muitas das quais concursadas pelo anterior executivo e continuadas por esta Câmara — das quais destaco o Pavilhão polidesportivo, E.T.A.R., o arruamento da Meia Encosta e os quatro Arruamentos da Vila — houve uma época de forte contenção, quer ao nível das despesas de capital, quer das despesas correntes, no sentido de saldar os encargos assumidos e não pagos que transitaram do anterior executivo e aqueles que resultaram dos autos de medição destas últimas obras, então em curso. Tudo resultou em encargos para a Câmara na ordem das várias centenas de milhares de contos, que vieram a aumentar com outras obras, ainda que de menor vulto, das quais cito o abastecimento de água a Talhadas, os vários caminhos agrícolas co-financiados pela Feoga, a Rua das Eiras, a Rua da Acimada, a ligação da Macida ao Extremo do concelho, a estrada intermunicipal de Rebordinho à Vide, o lanço de Fundo da Vila à Corga, em Nogueira. A estas acresceram ainda duas de grande envergadura recentemente lançadas no âmbito do Feder — os lanços da E.M. 328 ao Pombal e do Pombal a Nogueira — e três de menor monta — a ligação do Espinheiro à E.N. 328, o arranjo do caminho no lugar de Folharido, a ligação de Santo Adrião ao Extremo do concelho.

É este o quadro de obras e encargos que tornaram impossível a solvência de todos os compromissos dentro dos prazos legais e que obrigaram aos referidos períodos de contenção e austeridade.

FUNDOS COMUNITÁRIOS: — A Câmara continua empenhada e atenta no recurso aos fundos comunitários para lançamento de algumas obras. Assim, em vias de início de execução e comparticipadas pelo Feoga - Pedap estão os caminhos agrícolas do Juncal no Couto de Esteves (a que se seguirá o Cabo na mesma freguesia) e do Tapado na Senhorinha, tendo sido recentemente concluídos o das Leiras à Ameixoeira em Cedrim e dos Mouroços em Pessegueiro.

Quanto ao Feder (o fundo estrutural mais importante e significativo) está a possibilitar a realização dos lanços da E.M. 328 ao Pombal, do Pombal a Nogueira e, ainda, a remodelação da rede do abastecimento de água a Talhadas. Recentemente foi entregue no G.A.T. de Águeda a candidatura ao Feder da obra de arranjo ao caminho municipal da E.N. 328 (Paradela) a Zevedinho em Cedrim.

Estão também encaminhados vários projectos (Estudos), alguns já em estado adiantado, que possibilitarão a breve prazo o recurso ao Feder para execução das respectivas obras das quais destaco — os abastecimentos de água a Pessegueiro e Silva Escura e os lanços de Couto ao Vilarinho e do Nicho ao acesso a Felgares.

Tememos no entanto, que o plafond a que a Câmara tem direito em termos de Feder venha a ser esgotado com alguns daqueles projectos.

Tal só significará que, ao contrário do que alguns dizem, a Câmara de Sever do Vouga, não desperdiçará um único centavo dos fundos comunitários. Convém até referir que no panorama em que vivem as Câmaras do nosso agrupamento a de Sever do Vouga é a que apresenta melhor índice de aplicação.

CULTURA-ENSINO: — Uma equipa de funcionários continua em actividade constante na reparação e conservação dos vários edifícios escolares, tendo sido já adquirido mobiliário novo aplicado nas Escolas mais carenciadas neste aspecto, estando em curso estudo para aquisição de mobiliário para alguns Jardins de Infância. A constante solicitação para colocar telhas, vidros partidos e fechaduras, etc., sendo obras de pequena monta, inviabilizam um aproveitamento mais racional da equipa destacada para reparações nas escolas. Foram colocados em algumas salas fogões a lenha, a pedido dos professores, para aquecimento.

Está em estudo o protocolo a assinar entre a Câmara e a Direcção Regional de Educação do Centro para fixação da taxa de utilização a pagar pelas Escolas Preparatória e Secundária em relação ao Pavilhão polidesportivo. Iniciadas em Maio, tais negociações ainda não estão concluídas por dificuldade de agendamento da DREC de reuniões para o efeito, pelo que declinamos qualquer responsabilidade pela utilização menos atempada do Pavilhão por parte das escolas.

No ensino preparatório e secundário destaco o apoio da Câmara com os transportes escolares que custam ao Município várias dezenas de milhares de contos por ano a suportar integralmente por este, já que a comparticipação (50%) paga pelos pais em relação aos alunos da escola secundária pouco significado tem. Quanto aos alunos da escola preparatória os passes são pagos a 100% pela Câmara, como todos sabem.

ACÇÃO SOCIAL: — Está praticamente concluído o processo de atribuição das várias habitações do Bairro Social, faltando apenas celebrar algumas escrituras por falta de ultimização dos pedidos de empréstimo na Caixa Geral de Depósitos por parte dos respectivos adquirentes. Entretanto a Assistente Social da Câmara continua a prestar todo o apoio aos vários moradores do Bairro e tem em curso um projecto de formação profissional PO 8/PO 13, financiado pelo Fundo Social Europeu e Estado Português, destinado a mulheres consideradas "em risco", desempregadas de longa duração, com idade superior a 25 anos, e de mulheres jovens com idade inferior a 25 anos, à procura do primeiro emprego.

Para funcionamento de A.T.L. e do curso a Câmara, em colaboração com os moradores, vai recuperar o barracão cedido pelo empreiteiro no topo sul do Bairro. Vai ser liquidada a E.D.P. a última prestação da rede de iluminação pública do Bairro Social.

URBANIZAÇÃO: — Estão em fase de iniciação ou conclusão as seguintes obras, algumas por administração directa e outras em resultado de adjudicação a empreiteiros: Caminho do Casal e de Zibreiros, Arruamento do Pombal, Caminho Fundo da Vila à Corga (2ª fase), Arruamento de Carrazedo (2ª fase), caminho do Reguengo, caminho agrícola do Juncal, caminho da Mouta a Cativos (pela escola), arruamento de Lourizela, caminho do Seixo à E.N. 333, caminho de Arcas a Lameiro Longo, caminho das Bouças ao Cruzeiro e Quintã, caminho do Couto de Baixo, caminho agrícola do Tapado e dois caminhos em Nespereira de Cima.

Em fase de preparação estão os caminhos do Carvalhal, Ermida, Borralhal e Paradela pedidos pelas Juntas de Freguesia.

CEMITÉRIOS: — Está entregue à respectiva equipa projectista o projecto de ampliação do Cemitério de Rocas.

ASSOCIAÇÕES: — Foi já decidido o pagamento pela Câmara das refeições servidas em diversos restaurantes aos Bombeiros Voluntários das várias Corporações que no Verão acabado de passar combateram os fogos no nosso concelho. A Câmara decidiu ainda suportar o pagamento de uma Central de Rádio Nova para os Bombeiros na ordem dos 700 contos. Está em andamento um concurso para reformulação de todos os seguros da Câmara, passando esta a suportar os seguros dos veículos automóveis dos Bombeiros Voluntários já que, até aqui, só eram pagos pela Câmara os seguros de acidentes pessoais dos mesmos. Serão mais umas centenas de contos que a Câmara, por esta via, passará a atribuir aos B.V. para além dos habituais subsídios que neste ano atingiram os dois mil e cem contos.

Pode-se mesmo dizer que, em termos comparativos, e salvo pontuais excepções que poderão ser verificadas pela relação de subsídios atribuídos pelas várias Câmaras da Região aos respectivos Bombeiros Voluntários, a Câmara de Sever do Vouga é a que melhor ajuda a Corporação respectiva.

Quanto às restantes Associações estão a pagamento os vários subsídios já atribuídos, todos aumentados recentemente, em alguns casos (como por exemplo na JAP e nas Associações Desportivas) a triplicar e quintuplicar em relação aos subsídios praticados em 1989. Convém notar que o autocarro adquirido pela Câmara tem sido cedido às várias Associações para as suas deslocações, o que se traduz em apoio importante da Autarquia.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: Iniciaram-se já as obras de decapagem da vegetação da Zona Industrial de Talhadas, prevendo-se para breve as obras de terraplanagem. No que concerne à Zona Industrial dos Padrões vão ser iniciadas as

aquisições do terreno, tendo a Câmara usado até agora a política de deixar construir Pavilhões aos proprietários que queiram, eles próprios, avançar com unidades Industriais de modo a não entravar o crescimento Industrial do concelho.

Foi entretanto adjudicado o projecto da rede telefónica da Zona Industrial de Talhadas.

MEIO AMBIENTE: — Foi já adjudicado o estudo de arranjo paisagístico dos vários arruamentos do perímetro Urbano da Vila, do respectivo Jardim e de alternativa para estacionamento.

ABASTECIMENTO PÚBLICO: — Foi assegurado pela Câmara o reforço do caudal de abastecimento de água à Vila, Senhorrinha, Fojo e Folharido mediante a abertura de três novas captações (por meio de furos), cujos resultados foram excelentes e garantiram a resolução do problema do abastecimento de água que se vinha fazendo sentir há vários anos. Falta ainda construir um depósito para regularizar o abastecimento de água da parte nascente da Vila (Proveniente da Penica), estando em estudo a sua localização.

ÓRGÃOS DA AUTARQUIA: — Foi já adjudicado o concurso de fornecimento do mobiliário para os diversos departamentos do rés-do-chão dos Paços do Concelho, de modo a que rapidamente esteja, em funcionamento, tendo também sido adjudicada a Central Telefónica com ligação a todos os serviços camarários.

Continuam em apreciação pelo GAT as várias propostas para informatização das Câmaras do Agrupamento de Águeda, incluindo a nossa.

Continua também em andamento os vários concursos para passagem do pessoal contratado para o Quadro da Câmara.

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL: — Já foi publicada, finalmente, a carta de Reserva Agrícola de todo o concelho, evitando-se assim aos municípios os pedidos de parecer à Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral para apreciação de quaisquer projectos de construção.

Continua em estudo a carta da Reserva Ecológica do concelho, tendo-se mostrado difícil o consenso entre a Comissão de Coordenação da Região Centro e a Câmara Municipal. A última reunião possibilitou finalmente um acordo entre a equipa projectista, a Comissão, e a Direcção Regional do Ordenamento do Território.

Ainda no âmbito do PDM estão a surgir alguns problemas relacionados com o resultado (empastelado) a que se tem chegado na elaboração da cartografia. Tal fica a dever-se à especial e complicada configuração do relevo natural na área do Município.

Outras dificuldades resultam da obrigatória utilização das cartas militares como elementos de trabalho e que são feitas à escala 1/25.000. Há ecossistemas que nesta escala não têm expressão (como por exemplo as zonas de aluvião e áreas de máxima infiltração, zonas com riscos de cheias).

Quando queremos consultar os replotares das cartas parcelares tudo é nítido. Os problemas surgem na elaboração da planta síntese em que têm que caber os festos e talvegues, os declives, os leitos de cursos de água, bacias, cabeceiras, curvas de nível, áreas com risco de erosão, etc.... Neste caso o produto final sai empastelado, com escala de difícil leitura e complicado, tornando problemática a sua utilização para uma correcta gestão urbanística.

A equipa projectista, em resultado do consenso verificado na aludida reunião vai tentar ultrapassar estes problemas.

É este o relatório das questões que tenho por mais relevantes a apresentar a esta Assembleia Municipal.

Na próxima sessão serão apresentadas outras questões em fase de estudo e a relação institucional da Câmara com os vários órgãos da Administração Central.

Secretaria da Câmara Municipal de Sever do Vouga, vinte e cinco de Setembro de 1991

O Presidente da Câmara
(Assinatura ilegível)

(Cont. do número anterior)

teriais por meio de requisição de que sempre tem dado conhecimento, para cumprimento daquele preceito legal, mesmo quando essas aquisições são ordenadas pelo Vereador encarregado do pelouro de obras. Pela mesma razão deu também conhecimento dos diversos despachos proferidos no uso dessa competência delegada, durante a quinzena, para que a Secretaria promova o andamento e satisfação dos pedidos.

Iluminação do rés-do-chão do edifício:— por virtude das obras levadas a cabo no rés-do-chão do edifício e considerando a necessidade de substituir o sistema de iluminação eléctrica por outro mais moderno, foi deliberado por unanimidade, solicitar pelo menos três propostas a eventuais interessados para que se instale uma electrificação capaz, idêntica à da Secretaria e ainda adquirir uma alcatifa para revestir o pavimento.

Máquinas de diversão:— Por não ver nisso inconveniente e para dar cumprimento ao disposto no número dois do artigo primeiro da Lei número 2/87, de 8 de Janeiro, a Câmara em resposta ao solicitado pelo Governo Civil do Distrito, emitiu pareceres favoráveis para a instalação de máquinas de diversão em cafés deste Concelho, solicitado por Armando Teixeira, Artur de Bastos Tavares e Adelino da Silva Carvalho.

Bairro Social—Permutas:— Pela Técnica de Serviço Social foi posta a questão de permuta de fogos em regime de arrendamento, em virtude de desistência sendo um dos interessados Armindo de Jesus Rodrigues que tem um filho deficiente motor, e outro é Maria Adelaide Martins Correia, por razões de incompatibilidade com a interessada na habitação vizinha. Também a interessada Maria da Conceição Veiga solicitou a troca do apartamento que lhe fora atribuído, em regime de venda, no mesmo Bloco D, que tendendo também comprar uma garagem a que corresponde a fracção G do mesmo Bloco. Não se vendo nisso inconveniente foram os dois pedidos deferidos.

Auto de embargo administrativo:— A Câmara ratificou e confirmou o auto de embargo administrativo levantando pela fiscalização a Ilídio Pereira de Bastos, de Pessegueiro, por construção ilegal de um muro de vedação, com o comprimento de trinta e dois metros e altura de quarenta centímetros, à margem da E.N.328, muro que é encimado por tubos de ferro. Deliberado notificá-lo do facto, devendo proceder à sua legalização no prazo de sessenta dias, contados da notificação, caso essa construção seja legalizável, nos termos do Regulamento Geral de Edificações Urbanas e Decreto-Lei nº 166/70, de 15 de Abril.

Inscrição de Técnico:— Apresentado o requerimento de José de Pina Cabral e Trindade, licenciado em engenharia civil, residente na Estrada A-da-Maia, 19-5ºF, em Lisboa, o qual solicita a sua inscrição como Técnico, nesta Câmara para assinar projectos e dirigir obras no Concelho. Deferido o pedido, devendo pagar as correspondentes taxas previstas na tabela por essa inscrição.

Aquisição de caixas de cartão para arquivo:— Considerando a deliberação tomada na passada reunião de catorze de Fevereiro, em que se resolveu consultar algumas tipografias para fornecimento de propostas para a aquisição de caixas, em cartão, para arquivo, dando-se as medidas exactas que no pedido da proposta se pediam preços para as quantidades de vinte, trinta e quarenta caixas; que de todos os casos consultados, a Gráfica Severense, Limitada, de Sever do Vouga entregou proposta (orçamento número 162, datado de 22/2/91), com os seguintes preços:

20 caixas	80.000\$00
30 caixas	112.500\$00
40 caixas	140.000\$00

Preços acrescidos do Iva, que se não pode protelar mais tem-

po a sua aquisição para possibilitar a guarda de documentação, a Câmara deliberou por unanimidade encomendar à referida tipografia quarenta caixas, pelo preço indicado.

Caminhos agrícolas: Cabo, e Juncal, em Couto de Esteves; Devesinha ao Tapado, em Sever do Vouga:— Seguidamente a Câmara apreciou um relatório efectuado pelos Serviços Técnicos sobre a execução dos caminhos agrícolas acima referenciados, os dois primeiros ainda não adjudicados e o terceiro já adjudicado à Firma António dos Santos Neves & Filhos, desta Vila. Pela leitura desse Relatório, concluiu-se que os dois projectos iniciais destas duas primeiras obras foram deficientemente elaboradas, não existindo neles elementos que permitam, sequer, pô-los a concurso, deficiências que, de resto, foram também notadas pelos Serviços da Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, que verbalmente informaram o Senhor Presidente de tal facto. Assim sendo e pelo estudo agora apresentado pelos Serviços Técnicos da Câmara, verifica-se que o subsídio concedido para a execução desses dois caminhos fica muito à quem do necessário, não estando a Câmara, neste momento, com disponibilidades financeiras para cobrir o diferencial dessa despesa, que atingirá valores próximos dos cem por cento do previsto. Quanto ao caminho da Devesinha ao Tapado, a situação idêntica, atingindo no final da obra valores da mesma ordem de percentagem. Em face desta situação o Senhor Presidente propôs e a Câmara aprovou o seguinte: Primeiro — Em relação aos caminhos do Couto de Esteves: iniciar a construção destes caminhos por administração directa, se a Junta de Freguesia concordar construir os menos necessários em colaboração dos agricultores interessados, gastando a Câmara o subsídio atribuído a cada obra; em relação ao Caminho da "Devesinha ao Tapado", oficial ao Presidente da Junta para uma entrevista sobre esta obra, para tratar do mesmo assunto, dadas as dificuldades financeiras. Segundo — Aguardar-se resposta das Juntas em questão para depois se abrirem os trabalhos, se concordarem com a deliberação tomada; Terceiro — esta deliberação tem carácter genérico, e vigorará para casos futuros, tendo sempre em atenção que a Câmara só assumirá compromissos até ao valor dos subsídios concedidos, cabendo o restante quer às Juntas de Freguesia, quer aos proprietários servidos, uma vez que são eles que deles beneficiam filosofia que está subjacente a tais aberturas e à criação dos próprios programas de execução.

Pagamentos autorizados:— Em face das disponibilidades financeiras deliberou a Câmara por unanimidade: Primeiro — ratificar as decisões da presidência que ordenaram à Secretaria o pagamento dos documentos registados no respetivo livro sob os números trezentos setenta e trezentos setenta e um, na importância global de 25.740\$00 (vinte cinco mil setecentos e quarenta escudos); Segundo — Aprovar, para que o Senhor Presidente autorize e a Secretaria promova os pagamentos registados no respectivo livro sob os números trezentos setenta e oito, trezentos setenta e nove e trezentos oitenta e um na importância global de 1.029.250\$00 (um milhão, vinte e nove mil, duzentos cinquenta escudos).

Requisições várias:— Foram também ratificadas as decisões da presidência que ordenaram a passagem de requisições números duzentos noventa e oito a quatrocentos e um, que aqui se reproduzem para os devidos e legais efeitos, destinadas à aquisição de artigos e materiais.

Licenciamento de obras particulares:— Face às informações prestadas pelos Serviços Técnicos para cada caso em particular, as quais aqui se reproduzem para os legais efeitos, informações dadas com base na legislação vigente e regulamentadora desta matéria específica, deliberou a Câmara por unanimidade:

Primeiro— Deferir os seguintes licenciamentos de obras particulares: Freguesia de Cedrim:

De António da Silva Fernandes, de Carrazedo, para acabamentos na sua casa (P^os. 128/89 e 494/90);

Freguesia de Paradela:

De José Manuel Rodrigues da Costa, de Bouçós, para acabamentos na sua casa (P^os. 226/87 e 94/91),

Freguesia de Pessegueiro:

De Celestino Martins da Silva da Grela, para ampliação do seu aviário.

De Raul Fernando Rodrigues de Carvalho, da Gândara, para um aditamento de alteração da construção da sua moradia (P^o. 142/83);

Freguesia de Sever do Vouga;

De Acácio Tavares Mendes, para construção de uma moradia no Rachado (P^o. 107/91),

Freguesia de Silva Escura:

De Firmino da Costa Oliveira, do Valdante, relativo a um aditamento, transformando o sótão do seu prédio em duas habitações (P^os. 77/89, 59/91 e 108/91);

De Maria Helena Jesus Silva, residente em Felgares, para uma construção unifamiliar (P^o. 97/91),

Freguesia de Talhadas:

De António Fernando Ladeira Domingues, residente em Frágua, para acabamentos na sua habitação (P^os. 255/89 e 82/91);

De Custódia Maria de Jesus, de Doninhas, para legalização de uma moradia para habitação (P^o. 80/91);

Segundo— Ainda com base nessas informações dos Serviços Técnicos, indeferir o pedido de José Tavares Veiga, residente em Carrazedo, para construção de uma habitação, uma vez que, embora com viabilidade aprovada, o projecto diz respeito a uma construção de uma casa para habitação própria, construção que se não coaduna com o local, quer quanto à cerca, quer quanto à estética (P^o. 86/91).

Viabilidades de Construção:— Também com base nas informações dos Serviços que aqui se reproduzem para todos os efeitos, deliberou a Câmara em relação a viabilidades de construção:

Primeiro— Deferir, por unanimidade, os seguintes pedidos:

De Maria Lucília de Jesus Bastos, do Azibal, digo, de Arlindo Rodrigues Martins, de Rocas, para construção de uma moradia unifamiliar própria, nos limites do lugar de Rocas;

De Gilberto Correia da Costa, de Nespereira de Cima, para uma futura moradia unifamiliar própria, no sítio do Tendal de Linho;

De António Rodrigues Ferreira, da Silveira, Talhadas, para remodelação da sua habitação;

De Afonso Salazar Amaral Gradim, do Borralhal, Silva Escura, para uma habitação unifamiliar própria, nos limites do lugar;

De Evangelista Araújo dos Santos, dos Sequeiros, para uma ampliação da sua residência, no referido lugar;

De Ana Maria de Jesus Monteiro, da Lombinha, para um re-construção da sua habitação própria, nos limites do lugar;

Segundo— Ainda por unanimidade indeferir o pedido de viabilidade de uma construção unifamiliar, nos limites de Dornelas, apresentado por Adelino Fonseca Rodrigues, residente em Jannardo-Vale de Cambra, uma vez que tal construção se insere na área incluída no Decreto-Lei n.º 93/90 (regime transitório previsto no artigo dezassete da R.E.N.) e um terreno com inclinação

superior a 30%.

Terceiro— Por maioria dos presentes, com uma abstenção da Vereadora Doutora Isabel Martins Tavares, foi deferida a viabilidade apresentada por João Manuel Tavares de Bastos, residente na Vila de Sever do Vouga, que pretende a construção futura de um prédio para habitação própria, dentro desta Vila à margem da E.N.328 e próximo do novo Quartel da G.N.R., o qual deverá apresentar, depois de aprovado o projecto de arquitectura e até ao levantamento da licença a conceder, declaração reconhecida relativa à cedência gratuita de todo o terreno necessário aos arruamentos ali previstos em sede própria. O Senhor Presidente fez a seguinte declaração de voto: 1^o— De modo informal, já lhe haviam sido certas expectativas quanto a essa possibilidade, desde que houvesse, desde já, uma cedência gratuita do terreno necessário dos novos arruamentos ali previstos; 2^o— Pelo facto de não existir ainda o Plano Geral de Urbanização da Vila devidamente aprovado e, portanto, plenamente eficaz, o que pressupõe a sua publicação para funcionar como norma; 3^o— Porque ao comprometer-se a ceder desde já, gratuitamente esses terrenos necessários, se evitarão futuros conflitos judiciais através de expropriações (até porque já declarou não ceder amigavelmente se lhe recusassem a possibilidade de ali construir); 4^o— Porque o Plano Geral de Urbanização, quando ratificado superiormente, prevê na zona a construção de equipamento colectivo e a Câmara não têm, de momento, qualquer intenção ou projecto elaborado para o local; 5^o— Não se pode evocar uma norma que, de facto, ainda não existe superiormente aprovada, pelo que não é executório; e finalmente; 6^o— Qualquer proposta do Plano só vincularia se houvessem, pelo menos normas provisórias ou medidas preventivas devidamente ratificadas e publicadas, o que se não fez na altura oportuna. O Vereador Senhor Nelson declarou votar favoravelmente, exigindo, no entanto, que na altura oportuna e já citada, o requerente apresente documento comprovativo dessa cedência gratuita em relação ao terreno necessário aos já aludidos arruamentos previstos para o local no Plano: Também a Senhora Vereadora ao abster-se na votação, formulou a sua declaração no sentido de que não estando superiormente aprovado o Plano Geral de Urbanização, não pretende abrir precedentes em relação ao futuro.

Venda de terreno no cemitério:— A pedido de Maria Lucília de Jesus Bastos viúva, residente no Azibal — Sever do Vouga, foi-lhe vendida uma sepultura perpétua no cemitério novo da Vila, que passará a ter o número trinta e sete na ordem respectiva do segundo talhão.

Vendedor ambulante:— Também a pedido de Licínio Martins, residente em Sólgo— Pessegueiro, foi-lhe concedido licença anual para venda ambulante de comércio a retalho de frutas e legumes, neste Concelho, nos termos do respectivo Regulamento e Decreto-Lei número 122/79, de oito de Maio.

Contas finais de empreitadas:— Depois e para cumprimento do disposto no artigo cento noventa e sete do Decreto-Lei número 235/86, de 18 de Agosto, foram apresentadas à Câmara as seguintes contas finais de empreitadas, cujos valores se discriminam.

1— Caminho Agrícola de Mouroucos— Cabeço da Forca:—

Trabalhos previstos executados 8.676.104\$00

Trabalhos a menos executados 11.68.500\$00

Trabalhos imprevistos 3.785.131\$50

(Cont. no próximo número)